



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Acta n.º 236 -----

----- Aos vinte e três dias do mês de Dezembro do ano dois mil e cinco, pelas quinze horas e trinta minutos, no Auditório do Museu do Vinho Bairrada, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Anadia, sob a presidência do Senhor José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal;-----

----- Ponto dois: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano da Câmara Municipal de Anadia para o ano de dois mil e seis;-----

----- Ponto três: Apresentação, discussão e votação da proposta de Orçamento e das Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Anadia para o ano de dois mil e seis;-----

----- Ponto quatro: Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração por aditamento à Tabela de Taxas e Licenças do Município de Anadia: Taxa pelo Licenciamento e Fiscalização de Instalações de Armazenamento de Produtos de Petróleo e Instalações de Abastecimento de Combustíveis Líquidos Gasosos;-----

----- Ponto cinco: Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Venda Ambulante do Concelho de Anadia;-----

----- Ponto seis: Apresentação, discussão e votação da proposta de reconhecimento do interesse para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, nos termos do nº 3, do artigo 6º, do Regulamento do Plano Director Municipal de Anadia, em nome de Manuel Francisco dos Santos;-----

----- Ponto sete: Eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Anadia, nos termos da alínea I), do artigo 2º, da Portaria nº 1226-DZ/2000, de 30 de Dezembro;-----

----- Ponto oito: Eleição de cinco cidadãos de reconhecida idoneidade, devendo dois deles representar os estabelecimentos de ensino sedeados no Município, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea I), do nº 1, do artigo 4º, do Regulamento Definitivo do mesmo Conselho Municipal.-----

----- A Assembleia teve início com a leitura das Actas n.ºs 234 e 235, esta última referente à primeira reunião da Assembleia Municipal com o novo formato, as quais, após votação, foram aprovadas por maioria, com vinte e nove votos a favor e sete abstenções, e trinta e quatro votos a favor e uma abstenção, respectivamente.-----

----- No período antes da ordem do dia, o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor José Manuel Ribeiro, tomou a palavra para prestar algumas informações. A primeira de mero expediente da Assembleia Municipal, referindo-se em especial a um acórdão que foi remetido pelo Supremo Tribunal Administrativo, relativamente a um processo judicial instaurado contra uma decisão da Assembleia Municipal, por questões relacionadas com o PDM, e que remonta ao



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ano de dois mil e três, cujo requerente é o Senhor José Lebre de Freitas, para informar que neste acórdão não foi dada razão ao requerente.-----

----- Continuou, referindo que gostaria de informar a Assembleia de que, teve lugar, antes da presente sessão, uma conferência informal de líderes, composta por ele próprio e pelos líderes de bancada de todos os partidos com representação na Assembleia Municipal, na qual foram abordadas algumas questões, nomeadamente a continuidade da realização deste tipo de reuniões regulares antes das sessões da Assembleia Municipal, matéria esta consensual para todas as partes. Nesta reunião discutiu-se a possibilidade de revisão do Regimento da Assembleia Municipal, aspecto que recebeu uma concordância total de todos os intervenientes. Abordou-se ainda a forma de elaborar as actas da Assembleia, a fim de que as mesmas passem a ter um registo informático e não uma forma manuscrita, como até aqui tem acontecido. Por último, analisou-se a questão da alteração do horário das sessões da Assembleia, proposta pela mesa, alteração esta que também recolheu a concordância do executivo camarário, sendo que as mesmas passariam a ter lugar durante a tarde, com início por volta das quinze horas e trinta minutos. Ainda falando da alteração do horário das sessões da Assembleia e, especificamente, dos motivos que levaram à mesma, o Senhor Presidente da Assembleia, Senhor José Manuel Ribeiro, esclareceu que estes se prendem, sobretudo, com a dignificação da própria Assembleia Municipal, porquanto este novo horário permite no seu entender dar mais nobreza às sessões, não condicionando os seus membros a determinadas horas mais tardias, assim como, permitindo também uma participação mais activa do público, consagrando um aspecto fundamental da política que é o de aproximar os eleitos aos eleitores. Desta forma, o Senhor Presidente da Assembleia solicitou a maior colaboração e compreensão dos membros da Assembleia relativamente a esta questão.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, abordou um outro aspecto que se prende com o facto de ter chegado à Mesa da Assembleia a indicação de como ficarão constituídas e quais serão as direcções de bancada, tendo passado a anunciar as mesmas: do Grupo Municipal do PSD, a direcção será composta pelos Senhores Deputados António Augusto da Conceição Pereira da Silva, Luís António Sousa Pinto dos Santos e José Veloso Bernardino Gonçalves; do Grupo Municipal do PS, a direcção será composta pelos Senhores Deputados Manuel Maria Cardoso Leal, José Carlos Coelho e Daniel Meira; do Grupo Municipal da CDU, o Deputado João Alves Morais, e do Grupo Municipal do CDS-PP, o Deputado António Manuel da Costa Faria Cavadas.-----

----- Para terminar, o Senhor Presidente da Assembleia informou os presentes de que na ordem de trabalhos foram incluídas duas eleições, nomeadamente para a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e para o Conselho Municipal de Segurança, ainda que haja necessidade de proceder a outras mas, tendo em conta a agenda sobrecarregada que está presente nesta sessão, as mesmas ficarão para outra altura, em princípio para a próxima sessão da Assembleia.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, o mesmo abriu o período de intervenções, para o qual já estão previamente inscritos os Senhores Deputados António Silva e Manuel Cardoso Leal, dos Grupos Municipais do PSD e do PS, respectivamente, tendo sido dada a palavra ao primeiro.-----

----- O Senhor Deputado António Silva, começou por saudar os presentes e, em nome do Grupo Municipal do PSD, deixou uma palavra de gratidão a todas as pessoas que fizeram parte do anterior mandato, nomeadamente os colegas Deputados e Vereadores que não estão presentes nesta Assembleia, por tudo o que fizeram em prol deste Município. À Mesa da Assembleia, o Senhor Deputado manifestou o total apoio do seu Grupo Municipal, referindo, no entanto, que estará atento à condução dos trabalhos por parte da mesma. Ao Senhor Presidente da Câmara e a todos os Vereadores do Executivo, o Senhor Deputado António Silva deixou, também, uma palavra de apoio, acrescentando que não prescindirão do sentido crítico, estando sempre atentos à condução do Executivo. Relativamente aos colegas da oposição, referiu que o Grupo Municipal do PSD estará presente na Assembleia com espírito aberto, receptivos a admitir e discutir todas as propostas que considere de interesse para o Concelho, não deixando de ser muito críticos e contundentes em tudo o que seja crítica gratuita. Referiu, ainda, que o Grupo Municipal do PSD não aceitará a crítica só pelo facto de criticar, como lhe parece que tem feito a oposição, acto que condena e com o qual não colabora. Concluiu, agradecendo e desejando a todos votos de um bom mandato.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que começou por se declarar muito honrado por ser membro da Assembleia Municipal, passando a saudar os presentes, nomeadamente os eleitos e o público. Aproveitou, também, para desejar a todos boas festas e um feliz ano novo, tendo em conta a presente quadra natalícia, assim como desejar a todos um bom trabalho para este novo ciclo de quatro anos.-----

----- O Senhor Deputado continuou, referindo que gostaria de ter proferido estas palavras na sessão de instalação da Assembleia Municipal, o que não foi possível, pelo que pretende, desta forma, fazer um reparo ao facto de não ter sido dada a palavra à oposição nessa sessão e tão somente ao Senhor Presidente da Câmara, que fez uma intervenção política, o que consideramos compreensível, principalmente no rescaldo da vitória nas eleições autárquicas. Na opinião do Senhor Deputado, seria uma demonstração mais bonita do exercício democrático se tivesse sido dada a oportunidade a todos os partidos de proferirem algumas palavras. Terminou, reiterando os seus votos de um bom trabalho a todos, principalmente para a maioria, eleita inequivocamente, porque do trabalho dela depende o progresso do Concelho e enfatizou a posição do Grupo Municipal do PS, que será de oposição, não sistemática mas responsável, porque ambicionam construir e oferecer uma alternativa que o Concelho de Anadia merece.-----

----- Após a intervenção do Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para agradecer a mesma e esclarecer que na sua opinião o modelo adoptado na instalação dos órgãos municipais de Anadia, nomeadamente quanto ao



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

facto de na sessão em questão terem ocorrido unicamente os discursos dos Presidentes da Câmara e Assembleia Municipal eleitos, foi o mais adequado e correcto, pelo que não se arrepende de ter procedido daquele modo, tendo ainda referido que voltaria a ter precisamente o mesmo procedimento e atitude, pelo que da sua parte dá o assunto por encerrado.-----

----- De imediato, passou a palavra ao Deputado inscrito de seguida, o Senhor Deputado João Morais, que começou por saudar todos os membros da Assembleia, assim como o público presente. Continuou, referindo que a CDU está presente nesta Assembleia por vontade dos eleitores do Concelho, disponível para apoiar todas as iniciativas propostas, que se lhe afigurem justas e de interesse geral, porque foi com esses eleitores que assumiu um compromisso. Concluiu, reiterando o que foi referido pelo Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, relativamente ao facto das diferentes bancadas não terem podido fazer qualquer intervenção na sessão de instalação da Assembleia Municipal, mas como foi esclarecido, não se pronuncia mais sobre o assunto.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Deputado António Cavadas, que começou por cumprimentar a Assembleia, na pessoa seu Presidente, Senhor José Manuel Ribeiro. Agradeceu, também, as palavras de todos os líderes dos restantes Grupos Municipais, reforçando que o Grupo Municipal do CDS estará sempre ao lado da verdade. Terminou, apresentando uma proposta à Assembleia, no sentido de ser registado o aniversário dos vinte e cinco anos da morte de Francisco Sá Carneiro e Adelino Amaro da Costa.-----

----- Em resposta à proposta apresentada pelo Senhor Deputado António Cavadas, o Senhor Presidente da Assembleia informou que qualquer proposta deverá ser formalizada por escrito e entregue na Mesa da Assembleia.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Armando Pereira, que saudou os presentes, incluindo o pessoal de apoio e o público, e informou todos os que contribuíram para a reconstrução das casas do Corgo e aos que prestaram apoio à mesma, de que as obras têm decorrido a bom ritmo, com fundos que a Junta de Freguesia terá conseguido angariar e com materiais cedidos pela Câmara Municipal e outros oferecidos, esperando que quando chegar o Verão, as mesmas estejam na fase de acabamento.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, seguidamente, a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que começou por cumprimentar os presentes e dizer ao Senhor Presidente da Assembleia que gostaria de fazer um pequeno comentário às palavras proferidas pelo Senhor Deputado António Silva. O Senhor Deputado Daniel Meira, agradeceu a disponibilidade do Senhor Deputado António Silva em colaborar para o engrandecimento do concelho, rejeitando a afirmação de fazerem crítica pela crítica, reforçando, ao mesmo tempo, que serão sempre críticos com rigor, porque é para isso que estão na Assembleia, a representar quem os elegeu. Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhor Litério Augusto Marques, questionou-o sobre a providência cautelar interposta pela Quercus e por um grupo de cidadãos à Câmara Municipal de Anadia, referindo que, ao contrário do que se pretende fazer crer, o que está em causa não é o facto de estarem pessoas contra a criação de uma zona industrial, mas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sim contra o facto da Câmara ter cometido uma ilegalidade ao infringir gravemente o PDM, porque qualquer zona industrial, desde que devidamente justificada e planeada, é positiva para o desenvolvimento do concelho. Aproveitou, também, para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se existe algum plano de pormenor para a referida zona industrial e para que o Senhor Presidente o esclarecesse sobre a quantidade de inertes extraídos e qual a utilização que lhes foi dada. Por último, solicitou uma explicação ao Senhor Presidente da Câmara, relativamente à colocação de resíduos provenientes de demolições, alguns deles perigosos, na enorme cratera que resultou da extracção dos inertes.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia referiu que, nesta altura, seria, então, oportuno o Senhor Presidente da Câmara intervir para prestar alguns esclarecimentos.-----

----- Tomou, então, a palavra o Senhor Presidente da Câmara, que começou por cumprimentar os presentes e desejar-lhes um bom trabalho em benefício do Concelho de Anadia, deixando uma palavra especial ao Senhor Deputado João Morais por ser a primeira vez que está presente na Assembleia. Passando a responder à questão colocada pelo Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a providência cautelar não foi interposta pela Quercus, mas sim, por um grupo de cidadãos, o qual, à partida, terá contactado pessoas para fazerem a prova testemunhal que vem referenciada na providência cautelar. Continuou, dizendo que, efectivamente, desta prova testemunhal fazem parte elementos do Partido Socialista, pelo que considera de alguma estranheza a pergunta do Senhor Deputado Daniel Meira, porquanto deveria questionar os anteriores membros do Partido Socialista no executivo sobre a aquisição de lotes para a referida zona industrial, uma vez que votaram favoravelmente essa aquisição. Desta forma, o Senhor Presidente da Câmara referiu não entender essa atitude porque os membros do Partido Socialista sabiam que a aquisição daqueles terrenos tinha por finalidade a criação de uma zona industrial. Disse, também, que o que está em causa não é uma violação ao PDM, mas sim, uma violação da Reserva Ecológica, pelo que não se entende como é que os vereadores do Partido Socialista subscrevem testemunhalmente um documento desta natureza. A extracção de inertes não teve início recentemente, pelo que é estranho que só agora os Senhores Vereadores estejam preocupados, não podendo ser desresponsabilizados.-----

O Senhor Presidente da Câmara passou, então, a ler um excerto da providência cautelar, onde é referido que "... após a limpeza daquela área sejam requeridos e condenados à reflorestação da mesma...", para informar o Senhor Deputado de que, contrariamente ao que consta nesse excerto, não é possível proceder à reflorestação em área de Reserva Ecológica Nacional. Referiu também, que todas as pessoas proprietárias de terrenos, vítimas dos últimos incêndios, não podem reflorestar ou, então, estarão todos a violar a Reserva Ecológica. Continuando, disse não compreender como os Vereadores Socialistas se abstiveram aquando da votação para aprovação de alteração ao actual PDM e, ao mesmo tempo, seja decretada a suspensão imediata do processo de revisão do PDM em vigor. Mais, ainda, disse não compreender que seja aplicada uma multa, passando a citar, "... que solidariamente tenha de pagar dez mil euros por dia até resolução deste conflito ou até que venha a douta sentença". Mas, referiu, a providência



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

cautelar foi aceite e está a ser rigorosamente cumprida, pelo que a defesa será feita em Tribunal e não nesta Assembleia.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara continuou os esclarecimentos ao Senhor Deputado Daniel Meira, relembrando que não foi a Quercus que interpôs a providência cautelar sendo, apenas, assistente no processo e, na opinião do Senhor Presidente da Câmara, não é imparcial, porque a reserva ecológica no Concelho, foi durante anos violentada. Referiu, no entanto, que se encontra de consciência tranquila e que estará disponível para responder perante a Lei, até porque não se considera culpado nem criminoso, e disso vai fazer prova nas instâncias competentes.-----

----- Foi dada a palavra à Senhora Deputada Áurea Mendes, que começou por cumprimentar os presentes bem como desejar boas festas. A Senhora Deputada interveio para formular uma crítica relativamente ao funcionamento do serviço de plantas topográficas da Câmara Municipal de Anadia, na sequência de um pedido que efectuou na Secção de Obras Particulares para que lhe fosse fornecida uma planta topográfica com a maior brevidade possível. Perante o facto foi informada de que o pedido só poderia ser deferido a uma segunda ou quinta-feira, pelo que questiona o Senhor Presidente da Câmara se esta atitude não configura um aumento da burocratização.-----

----- De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado António Silva, que em resposta ao Senhor Deputado Daniel Meira, referiu que apenas constatou o comportamento da anterior oposição, não do Partido Socialista em concreto, no entanto, houve crítica gratuita por parte de alguns elementos do Partido Socialista como de outros elementos da oposição. Para concluir, lança o repto para que neste novo mandato não se faça crítica gratuita em prol do desenvolvimento do Concelho.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que começou por se dirigir ao Senhor Deputado António Silva para deixar uma nota de tranquilidade relativamente à postura do Grupo Municipal do Partido Socialista. Continuando, o Senhor Deputado Daniel Meira questionou novamente o Senhor Presidente da Câmara, uma vez que não ficou esclarecido aquando da sua intervenção, referindo também que os crimes que o Senhor Presidente da Câmara diz terem sido praticados no passado não desculpam semelhantes atitudes no presente. O Senhor Deputado voltou a questionar directamente o Senhor Presidente da Câmara sobre o destino e utilização dos inertes extraídos na referida zona, bem como da existência ou não de um Plano de Pormenor para a referida área.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que começou por cumprimentar os presentes. Passou a falar da providência cautelar, nomeadamente do atraso que a mesma traz para o processo de revisão do Plano Director Municipal de Anadia, quando há oito anos a esta parte se fala da necessidade dessa revisão. O Senhor Deputado questionou, também, o Senhor Presidente da Câmara sobre a veracidade das afirmações proferidas relativamente ao indeferimento do processo da revisão porque considera importante que os Deputados Municipais tenham conhecimento do andamento do mesmo. Concluiu, questionando



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os membros que compõem a bancada do Partido Socialista se quererão ficar com o ónus de contribuírem para a suspensão do processo de revisão do PDM e, conseqüentemente, do desenvolvimento do Concelho.-----

----- De seguida, foi novamente dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que questionou os elementos da anterior legislatura se desconheciam as atrocidades de que está a ser acusado o Senhor Presidente da Câmara e quais as medidas tomadas em defesa da zona que está a ser afectada. Continuou, referindo que, em sua opinião, existem vários culpados nesta matéria, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores e os Senhores Deputados Municipais, bem como o Presidente da Junta de Freguesia de Arcos por nunca terem esclarecido a população sobre o problema. Pelo exposto, o Senhor Deputado questionou o Senhor Presidente da Câmara se existem efectivamente resíduos perigosos no local e sobre quem vão recair as responsabilidades de tal acto. Perguntou, também, quem vendeu as árvores existentes nos terrenos adquiridos pela Câmara Municipal e porque motivo a Câmara irá criar mais uma zona industrial, quando as existentes, nomeadamente Paraimo e Amoreira da Gândara, não estão concluídas. O Senhor Deputado, relativamente a este assunto, concluiu referindo que, em sua opinião, terão passado oito anos sem que os Grupos Municipais do PSD e PS, com representação na Assembleia, tenham tomado qualquer medida em defesa das áreas de REN e RAN. Para terminar, o Senhor Deputado João Morais questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre as recentes análises que foram feitas às fontes de água públicas, nomeadamente na Freguesia de Sangalhos, onde existem três fontes e as três têm água imprópria para consumo. Desta forma, solicita ao Senhor Presidente da Câmara que nas referidas fontes coloque informação adicional, nomeadamente, a designação "água imprópria para consumo", porque o que lá se encontra presentemente é uma referência ao Decreto-Lei n.º 243 e nem toda a gente tem conhecimento do teor do referido Decreto-Lei.-----

----- Terminada a intervenção do Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que se dirigiu à Senhora Deputada Áurea Mendes, lamentando a situação pela qual ela teve de passar, referindo que iria averiguar a mesma, dando razão à Senhora Deputada. Explicou, também, que esta situação ficará resolvida quando terminadas as obras de remodelação do edifício da Câmara, porque todos os serviços serão informatizados, incluindo esse, o que facilitará o acesso a esse tipo de documentos. Respondendo ao Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Presidente da Câmara disse que as áreas em questão não estão sujeitas a plano de pormenor e, ainda que estivessem, poder-se-ia desenvolver uma área industrial por parcelas. Mas, continuou, referindo que a verdade é que a Câmara não avançou com qualquer zona industrial e tudo se encontra como estava. Relativamente à questão sobre a comercialização da areia extraída, o Senhor Presidente da Câmara explicou que não comercializou a mesma e que poderá indicar ao Senhor Deputado todos os locais onde foram aplicados os ditos saibros e outras terras. Explicou, também, que a Câmara Municipal não vende, mas compra, e como tal, esteve a explorar em terrenos que adquiriu. Relativamente ao facto da Câmara Municipal estar a fazer buracos há quatro anos, o



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhor Presidente da Câmara explicou, que o que tem sido feito ao longo desse tempo é uma intervenção naquela zona, não tendo sido depositados quaisquer materiais perigosos. Continuou, referindo que esse tipo de materiais é transportado para os locais certos, como acontece, também, com o lixo que é depositado no aterro sanitário, cumprindo, portanto, todas as normas legais em vigor. Passando a responder à questão colocada pelo Senhor Deputado, João Morais, quanto ao facto de existirem zonas industriais a mais, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que o dobro dos lotes ocupados na Zona Industrial do Paraimo não pode ser utilizado porque aguarda autorização de quem de direito, nomeadamente de quem gere o PDM.-

----- O Senhor Presidente da Câmara passou a falar de uma questão que o preocupa verdadeiramente. Recebeu um documento da Agência Portuguesa de Investimento, em dezanove de Dezembro último, o qual passou a ler, em que é solicitada a melhor colaboração da Câmara Municipal por forma a responder a um pedido de um investidor estrangeiro, para instalar uma unidade industrial numa área geográfica de referência, em Portugal, na qual se incluiu o Município de Anadia. Continuou, referindo que o potencial investidor, que poderá criar mais de duzentos postos de trabalho directos, manifestou interesse em adquirir dez hectares de terreno, numa primeira fase e posteriormente mais cinco, a preço simbólico, terreno esse que a Câmara Municipal possui, quer no Paraimo quer em Amoreira da Gândara, mas que nada pode fazer por ainda não estar aprovado o processo de revisão do PDM. Relativamente às árvores que se encontravam nos terrenos adquiridos pela Câmara Municipal, em Alféloas, as mesmas foram cortadas, ou não, consoante a vontade dos anteriores proprietários, não tendo tido a Câmara Municipal qualquer influência sobre esse assunto. De seguida, informou o Senhor Deputado João Morais de que irá averiguar sobre o procedimento adequado que deverá ser adoptado para que todas as pessoas da Freguesia de Sangalhos possam consumir água das suas fontes. O Senhor Presidente da Câmara apelou à consciência dos Deputados Municipais do Partido Socialista no sentido de se reunirem esforços em prol do desenvolvimento do Concelho, porque tem a consciência tranquila de que o fez em defesa dos interesses legítimos do Município. Para concluir, respondeu à questão colocada pelo Senhor Deputado Luís Santos, informando-o de que da providência cautelar constavam seis alíneas, sendo uma delas a suspensão imediata do processo de revisão do PDM, mas apenas à alínea a) foi dado provimento.-----

----- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para apresentar duas questões colocadas à Mesa da Assembleia. A primeira prende-se com um pedido efectuado pelo Senhor Vereador Lino Pintado, para exercer o direito de defesa da honra. Depois de ponderada a questão pela Mesa da Assembleia e, ainda que o n.º 5 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção concedida pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, consagre que os Vereadores podem intervir para o exercício do direito de defesa da honra, a Mesa da Assembleia considera que não foi mencionado o nome da pessoa, nem houve na sua opinião qualquer ofensa à honra de quem quer que fosse, pelo que decidiu não haver condições regimentais e legais para deferir o pedido apresentado pelo Senhor Vereador. Adiantou, no entanto, que no



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seu entender a bancada do Grupo Municipal do PS, caso o pretenda, pode exercer o direito de defesa da honra quando sentir que os membros da sua bancada for ofendida, ou a dos seus Vereadores quando o forem de forma genérica.-----

----- A segunda questão colocada pelo Senhor Presidente da Assembleia, está relacionada com um pedido para exercer o direito de resposta efectuado pelo Senhor Deputado Daniel Meira. O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que, de facto, o Regimento da Assembleia terá de ser submetido a algumas rectificações, uma vez que há artigos que remetem para artigos que não dão resposta às respectivas petições. Desta forma, a mesa considerou que, apesar desta disfunção do Regimento da Assembleia, o direito de resposta terá de ser concedido, enquadrado, no entanto, na ordem das intervenções definidas.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que referiu que o pedido de intervenção do Senhor Vereador Lino Pintado foi muito claro e que, em sua opinião, a bancada do PS não se pode substituir aos visados porque só a eles cabe esclarecer esta matéria. Terminou, dizendo que não compreende o pretexto apresentado pela Mesa da Assembleia para impedir a defesa da honra do Senhor Vereador Lino Pintado e para solicitar à mesma um esclarecimento sobre a matéria para toda a Assembleia Municipal.-----

----- Interveio, de seguida, o Senhor Presidente da Assembleia para informar o Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que a Mesa da Assembleia está a cumprir as disposições legais, pelo que o Senhor Deputado se discordar das decisões da mesma terá de se fundamentar também de acordo com a Lei ou com o Regimento.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado António Cavadas, tendo referido que no seu entendimento, e de acordo com o consignado na lei, deveria ter sido anuído o pedido do Senhor Vereador Lino Pintado.-----

----- Tomou novamente a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para dizer que discorda da opinião do Senhor Deputado António Cavadas, tendo passado a ler artigos da legislação que regulam a situação. Na sequência, explicou que como não estão cumpridos os outros dois pressupostos exigidos por lei para um vereador intervir, além do exercício da defesa da honra, nomeadamente o de haver deliberação favorável da Assembleia Municipal sobre a matéria e o de não ter sido dada permissão por parte do Senhor Presidente da Câmara para o Senhor Vereador intervir, a mesa mantém a decisão tomada.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Deputado António Silva, que referiu não ter lido o regimento mas, de acordo com o seu artigo 13.º, é à Mesa da Assembleia que compete decidir sobre as questões que lhe são colocadas, pelo que tudo o que daí para a frente acontece são expedientes dilatatórios que poderiam levar ao boicote da Assembleia. Consequentemente, continuou o Senhor Deputado, a Mesa esclareceu sobre o modo de actuar, portanto, se alguém não concordar, pode recorrer para o plenário, este aprecia e não se cai no erro de misturar Executivo com Deliberativo. Concluiu, dizendo que cada órgão tem as suas competências, pelo que é da opinião que a decisão da Mesa foi correcta e, se alguém discordar, terá os meios adequados para o fazer.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia perguntou se haveria mais alguma intervenção sobre esta matéria e, como não houve recurso, informou a Assembleia de que a decisão da Mesa se mantém, passando a cumprir a ordem normal de intervenções. Deu, então, a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, que começou por cumprimentar os presentes, após o que referiu que a bancada do PS iria apresentar um requerimento para recorrer da decisão da Mesa da Assembleia. O Senhor Presidente da Assembleia interrompeu o Senhor Deputado para esclarecer que o assunto foi apresentado pela Mesa, exaustivamente analisado e discutido, pelo que lhe parece que não faz sentido retomá-lo passados dois minutos do fim da discussão, referindo, no entanto, que respeita as decisões e a postura que o Grupo Municipal do PS venha a tomar sobre a matéria. Retomou a palavra o Senhor Deputado José Carlos Coelho, para indagar se, ainda que concordem que a legislação que regulamenta o ordenamento do território seja restritiva, esse facto permite que se façam atropelos à mesma. Referiu, também, que considera um mau exemplo para os munícipes, o facto de ter sido sugerido por algumas intervenções que aqui foram feitas que a Assembleia se manifeste sobre o assunto. O Senhor Deputado formulou então três questões. Primeiro, gostaria de saber se o que tem acontecido na zona do desaterro incorre ou não em ilegalidade, à luz do direito vigente. A segunda pergunta, dirigida ao Senhor Presidente da Câmara, para saber se considera a atitude correcta encher aquele buraco de entulho de diversos tipos, eventualmente, com contaminantes dos solos e reservas aquíferas. Por último, o Senhor Deputado José Carlos Coelho questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre quais os membros do Partido Socialista, indiciados como testemunhas, que teriam comprado terrenos no local.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que começou por explicar ao Senhor Deputado Luís Santos que teve o privilégio de votar conscientemente contra o actual PDM porque o considerava só de alguns, por isso o denominou de PDA, ao contrário do Senhor Presidente da Câmara que, se bem se lembra, não chegou a votá-lo. O Senhor Deputado continuou, dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara para lhe perguntar quais as razões que estão na base do atraso na aprovação da Revisão do PDM que, segundo o Senhor Presidente, remonta a 1997, e quais os responsáveis por esse atraso. Para concluir, o Senhor Deputado Daniel Meira referiu que, depois de toda esta discussão, o que lhe interessa constatar é que efectivamente a Câmara abriu uma cratera, de onde foram extraídos cerca de duzentos mil metros cúbicos de inertes, incorrendo, desta forma, numa ilegalidade.----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por referir ter em sua posse o cronograma do processo de revisão do PDM, tendo informado o Senhor Deputado Daniel Meira que o mesmo teve o seu início em Maio de 1995, sem que os sucessivos governos tenham tomado qualquer decisão definitiva, não tendo, sequer, cumprido os prazos legais para o fazer. O Senhor Presidente da Câmara explicou, também, para concluir, que a Câmara não pode elaborar qualquer Plano de Pormenor sem a anuência dos proprietários dos terrenos, pelo que não está nem nunca estará disposto a prejudicar o interesse municipal ou o de qualquer município em particular.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi dada novamente a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, para formular três questões para as quais disse não ter obtido resposta. Começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara se a Câmara incorreu ou não alguma ilegalidade, à luz do direito vigente, se considera ter tomado a atitude correcta ao encher aquele buraco de entulho de diversos, eventualmente contaminantes dos solos e das águas e, por último, quem são os membros do PS que tinham comprado terrenos naquela zona.-----

----- Para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado Daniel Meira, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos que entendesse necessários. Começou por esclarecer o Senhor Deputado que não disse que foram membros do executivo eleitos pelo PS que compraram terrenos em Alféolas mas sim que aprovaram a aquisição dos mesmos pela Câmara, e muito bem, o que os torna, por isso, co-responsáveis. Continuou, referindo não considerar uma ilegalidade o que foi feito mas, em lugar próprio e na devida altura, irá exercer o direito de defesa, se for intentada acção para isso. Ainda no âmbito desta questão referiu que se for efectivamente considerada ilegalidade assumirá a condenação com a mesma tranquilidade com que aceitou a providência cautelar, na qual foi apenas considerada a sua alínea a). Para terminar e quanto à questão do entulho, explicou que tudo o que foi feito foi de forma controlada, tendo testemunhas de tudo.-----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado José Veloso, que começou por cumprimentar os presentes e desejar a todos neste novo ciclo autárquico, a concretização de uma legislatura positiva, bem como, aproveitando a época, um bom Natal e um Próspero Ano Novo. Concluindo, referiu que, tendo em conta que este novo ciclo autárquico está marcado pela aprovação de um Orçamento do Estado para 2006 que apresenta medidas muito lesivas e restritivas para o poder autárquico, o Grupo Municipal do PSD apresenta uma moção à Mesa.---

----- Tomou então a palavra o Senhor Presidente da Assembleia, que começou por propor a votação do voto de pesar apresentado pelo Senhor Deputado António Cavadas, relativo ao aniversário da morte do Dr. Francisco Sá Carneiro, do Dr. Adelino Amaro da Costa e seus acompanhantes. Esta proposta foi votada, tendo sido aprovada por unanimidade, com 36 votos a favor. De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia, passou a ler um requerimento apresentado pelo Grupo Municipal do PS no qual é solicitado uma cópia da cronologia do processo de revisão do PDM, explicando não ser necessário proceder à votação do mesmo, de acordo com o Regimento da Assembleia, devendo ser, apenas, admitido pela Mesa e consequentemente remetido à Câmara Municipal, a qual deverá dar resposta à petição no prazo de 30 dias. Continuando, passou a ler uma moção apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, relativa à Lei do Orçamento do Estado para 2006 – Autarquias Locais, não sem antes ter explicado que a mesma também está de acordo com o Regimento da Assembleia, nomeadamente com a alínea a) do n.º 1 do seu artigo 9.º. A moção foi votada, tendo sido aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor, duas abstenções e seis votos contra. No seguimento da votação, o Senhor Presidente da Assembleia deu três minutos ao Senhor



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deputado Daniel Meira para efectuar uma declaração de voto oral, de acordo com o Regimento da Assembleia.-----

----- O Senhor Deputado Daniel Meira começou por explicar que o voto contra do PS se baseia na referência ao aumento de 12,6 por cento nas receitas de estado, previsto no orçamento do Município, que lhe parece entrar em contradição com o que é apresentado na moção. Explicou, também, que relativamente ao aumento dos descontos obrigatórios para a Caixa Geral de Aposentações, o seu Grupo Municipal não considerou esta situação, em virtude da escassez de tempo para análise da moção.-----

----- Concluída a declaração de voto oral do Senhor Deputado Daniel Meira, e na sequência da mesma, tomou a palavra o Senhor Presidente da Assembleia para esclarecer que uma vez que não foi solicitado qualquer tempo para análise da moção por parte do Grupo Municipal do PS, a mesma foi logo proposta a votação, acrescentando no entanto que quando tal for requerido à mesa, esse tempo será concedido.-----

----- Encerrado o período antes da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia deu início à ordem de trabalhos do dia, nomeadamente ao seu primeiro ponto "Apreciação da informação do Presidente da Câmara sobre a actividade da Câmara Municipal", passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. O Senhor Presidente da Câmara referiu, apenas, que a informação é presente à Assembleia em cumprimento do previsto no regimento, apresentando, de uma forma exhaustiva, todo o trabalho realizado pela Câmara Municipal, ainda que algo possa falhar.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia abriu, assim, o período de discussão deste primeiro ponto, passando a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, primeiro inscrito para intervir. O Senhor Deputado, começou por interpelar o Senhor Presidente da Câmara sobre a venda de lotes na Zona Industrial do Paraimo, questionando se apenas no Paraimo foram vendidos lotes, e qual o período mínimo de utilização dos mesmos, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu dois anos para construir, após a emissão do alvará de licença de construção e cinco anos, período pelo qual os lotes adquiridos ficarão sujeitos ao ónus de intransmissibilidade, a contar da data da celebração da escritura não podendo, nesse período, ser vendidos ou permutados. Esclareceu, também, que não sendo cumpridas as disposições do regulamento, por parte dos adquirentes, a Câmara poderá exercer o direito de reversão dos lotes, ao abrigo do mesmo, referindo, no entanto, que tem havido alguma flexibilidade por parte da Câmara, à justificação apresentada pelos proprietários.-----

----- No seguimento, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira, que começou por cumprimentar os presentes, desejando a todos que tudo corra pelo melhor. De seguida, referiu que gostaria de colocar duas questões, que se prendem com a decisão do Ministério da Educação em encerrar algumas escolas do primeiro ciclo, a primeira delas sobre qual a posição da Câmara relativamente a esse encerramento e a segunda sobre quais os desenvolvimentos decorrentes da reunião havida com o Senhor Secretário de Estado da Educação. Concluiu, referindo que gostaria de ser informado uma vez que se trata de decisões importantes para o futuro.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Daniel Meira, que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre a data prevista para construção e consequente ligação da estação elevatória da rede de saneamento de Avelãs de Caminho.-----

----- O Senhor Deputado António Silva, tomou a palavra, na sequência da intervenção do Senhor Deputado Daniel Meira, para fazer um apelo ao Senhor Presidente da Assembleia no sentido de tentar restringir as discussões à matéria em discussão, uma vez que se tem verificado que as intervenções estão a ser um pouco desviadas desse procedimento.-----

----- Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia, deu alguma razão ao Senhor Deputado António Silva, ressaltando, no entanto, que não pode, antecipadamente, prever o que vai ser dito pelos Senhores Deputados, apelando, de seguida, a que os mesmos passem a ter o cuidado de circunscrever as suas intervenções ao ponto em discussão.-----

----- Continuando, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que começou por esclarecer o Senhor Deputado Orlando Silveira, sobre a posição da Câmara e o ponto da situação do possível encerramento de escolas do primeiro ciclo no Concelho. O Senhor Presidente da Câmara referiu que, assim como o Senhor Deputado Orlando Silveira, também é sensível a esta questão mas, como o Senhor Deputado sabe, o Governo decidiu que todas as escolas com menos de dez alunos, ou até vinte, e com aproveitamento inferior a 90% serão encerradas. Disse, também, que manifestou a sua inquietação ao Senhor Secretário de Estado, tendo-lhe sido esclarecido que fazia parte de uma das medidas do programa de Governo, sendo que para o próximo ano lectivo serão doze as escolas afectadas com a medida. Esclareceu, ainda não ser esta uma medida popular, politicamente, pelo que apresentou um projecto ao Senhor Secretário de Estado, já da altura do anterior governo, para criação de pólos integrados, tendo o mesmo sido elogiado por aquele governante. Como conclusão desta questão, referiu que a posição que poderia tomar foi tomada, nomeadamente a de informar o Senhor Secretário de Estado de que o projecto da Câmara é bom e, ao mesmo tempo solicitar que, se possível, o projecto fosse analisado e apresentada uma resposta antes de avançar com o processo de encerramento das referidas escolas. Em resposta ao Senhor Deputado Daniel Meira, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a rede de saneamento de Avelãs de Caminho vai ter sequência num emissário que tem origem na Malaposta, confluindo na ETAR de Mogofores e, se um dia houver necessidade, no emissário da SIMRIA.-----

----- Seguidamente, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que começou por lamentar as medidas economicistas do governo, relativamente ao encerramento de escolas e consequente lançamento de cada vez mais professores para o desemprego, questionando o Senhor Presidente da Câmara se o projecto dos pólos contempla, também, a criação de uma escola profissional, localizada entre os Concelhos de Anadia e Oliveira do Bairro, para as crianças que abandonam a vida escolar. O Senhor Deputado sugeriu mesmo a aprovação de uma moção de repúdio à atitude do governo. Relativamente à questão do saneamento, o Senhor Deputado João Morais perguntou ao Senhor Presidente da Câmara se as águas lançadas



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

no Rio Cértima, após tratamento na ETAR de Sangalhos, são ou não analisadas e para quando ficará a funcionar a estação elevatória na Fogueira.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia esclareceu o Senhor Deputado João Morais, de que quando pretender fazer aprovar uma moção de repúdio, a mesma deverá ser formalizada, por escrito, e apresentada na Mesa da Assembleia, após o que passou a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos.-----

----- O Senhor Deputado Luís Santos, começou por dizer que pretendia retomar a sensível questão das escolas. Falou, então, que na realidade o problema que se coloca tem essencialmente a ver com a questão da qualidade de ensino e não tanto com a questão económica. Continuou, referindo que se torna mais fácil, economicamente, gerir três pólos mais as escolas secundárias do que o actual parque de quarenta e duas escolas do primeiro ciclo, mais as duas EB 2/3 e a secundária, que também tem o terceiro ciclo. Na opinião do Senhor Deputado, o projecto da Câmara tem fundamentalmente a ver com a qualidade dos serviços que vão ser prestados nos novos espaços e com a própria qualidade de ensino, porquanto qualquer professor gere melhor a sua profissão quando não confrontado com realidades como a existência, na sua sala de aula, de poucos alunos e de todos os anos do primeiro ciclo, assim como também a tarefa da Câmara teria sido facilitada se, em vez de distribuir material informático, entre outros, por quarenta e duas escolas, o tivesse feito por apenas duas ou três. Relativamente à questão abordada para criação de uma escola profissional, o Senhor Deputado Luís Santos referiu que o Concelho de Anadia tem uma escola profissional, a qual, se não tem mais cursos é porque não foram solicitados quer pelo tecido empresarial, quer pelo social. Informou, também, que o novo modelo de ensino em Portugal permite que as escolas do segundo e terceiro ciclos e as secundárias possam abrir cursos profissionais, pelo que não existe a necessidade de duplicação de escolas, mas sim de lutar para que as escolas sejam cativantes para os alunos e lhes ofereçam as condições necessárias para que concluem as suas obrigações como estudantes.-----

----- Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Assembleia passou, então a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que começou por referir que compreende as duas partes. Por um lado que, efectivamente, vai haver mais professores desempregados, uma redução dos locais de ensino, povoações descontentes que a Câmara Municipal de Anadia terá de enfrentar. Por outro lado, explicou também compreender que um ensino de qualidade não pode ser ministrado numa escola com dois ou três alunos, principalmente quando as escolas estão constantemente a ser assaltadas e, conseqüentemente, reequipadas três e quatro vezes por ano, o que se torna complicado. Concluiu, referindo que à Câmara Municipal interessa defender projectos de ensino de qualidade e, conseqüentemente, esclarecer devidamente as populações para o efeito, ainda que lamente a situação.-----

----- De seguida, foi apresentada uma moção pelo Senhor Deputado João Morais, de oposição ao encerramento de escolas por parte do Governo. Depois de lida a moção, a mesma foi votada, tendo sido rejeitada com trinta e quatro votos contra, um voto a favor e zero abstenções.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para responder a uma questão colocada pelo Senhor Deputado João Morais, relativamente ao problema do saneamento, explicando que, de acordo com a legislação em vigor, a Câmara está a proceder à análise das águas e das lamas, apresentando conseqüentemente os relatórios ao Ministério do Ambiente.-----

----- Encerrado o primeiro ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o seu segundo ponto, "Apresentação, discussão e votação da proposta de orçamento e das opções do plano da Câmara Municipal para o ano de 2006", dando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para intervir sobre o mesmo. O Senhor Presidente da Câmara começou por dizer que se trata de um orçamento restritivo, elaborado com algumas cautelas, porque, havendo a possibilidade, de acordo com a lei, de fazer revisões ao mesmo, bem como a possibilidade de entrada de novas verbas futuramente, as mesmas serão apresentadas, estando convicto que, dessa forma, poderá corporizar alguns projectos que, neste momento, não passam de intenções. Concluiu, referindo que o momento é de contenção mas que a situação económica do município vai respondendo às suas situações mais preocupantes, nomeadamente na área de vias e saneamento e das próprias infra-estruturas sócio-desportivas, solicitando a aprovação do documento.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira, tendo questionado o Senhor Presidente da Câmara sobre as grandes opções do plano em que o objectivo fundamental da Câmara são os serviços culturais, recreativos e religiosos para o qual são reservados 34 por cento dos investimentos da Autarquia no seu orçamento. Ao analisar o plano plurianual de investimentos, o Senhor Deputado constata que na sede do concelho são aplicados 32,45 por cento deste plano de investimento municipal, pelo que questiona o Senhor Presidente da Câmara para quando pretende cumprir a promessa eleitoral de dar mais atenção às freguesias do concelho, explicando um pouco do que se passa na sua Freguesia, Sangalhos. Referiu, ainda, nada ter a obstar relativamente aos investimentos que estão a ser feitos em Anadia, mas questiona para quando, realmente, serão atribuídas verbas às Freguesias, constatando ser esta a sua única objecção ao orçamento em discussão.-----

----- Retomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para responder ao Senhor Deputado Orlando Silveira. O Senhor Presidente explicou que mais de 50 por cento dos gastos efectuados no anterior mandato correspondem a verbas provenientes dos fundos comunitários e que teve de manter projectos inscritos no orçamento, como o Cine-Teatro e a Biblioteca, na rubrica cultura, porque se trata de obras financiadas, para as quais só receberá as respectivas verbas quando concluídas. Relativamente à questão de mais apoio às Freguesias, o Senhor Presidente da Câmara referiu que se propõe mais saneamento, mais estradas, mais apoio às associações, explicando tratar-se de um instrumento de trabalho, o qual não pode representar a actividade da Câmara estática mas em permanente evolução permitindo, assim, um desenvolvimento equilibrado do Município.-----

----- Foi, então, dada permissão ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, para intervir. O Senhor Deputado falou do orçamento da receita, da conta número dez em particular,



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

constatando uma ligeira redução, comparativamente ao ano anterior, ainda que no que toca às contribuições do Estado se verifique um aumento efectivo de capital na ordem dos 12,6 por cento. Constatou, também que a participação comunitária é efectivamente reduzida, quando comparada com o ano anterior, o que contribui para o grande rombo do orçamento. Terminou, referindo que em sua opinião não se justifica que existam cortes tão elevados em rubricas como a acção social, a habitação, os transportes, a saúde e a própria educação, assim como numa das preocupações da Câmara, que é o desenvolvimento turístico, o qual pensa não ter grande sucesso.-----

----- Interveio novamente, o Senhor Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho, começando por referir que as verbas dos quadros comunitários de apoio estão esgotadas, pelo que não se trata de falta de projectos, até porque existem inúmeros projectos de saneamento que estão a aguardar aprovação por parte do Governo, mas o que é dito é que não há verba. Disse, também, que o Governo comunicou que até Novembro os contratos programa estarão suspensos, e que está interessado que todas as Autarquias ponham as contas em dia. No entanto, referiu, foram realizadas obras para as quais os contratos programa foram cortados, a Câmara reclamou, estando a aguardar decisão do Governo porque o trabalho realizado, assim como o dinheiro gasto, tem de ser respeitado. Concluiu, explicando que este orçamento é representativo do dinheiro que tem para gastar, dando continuidade às obras que foram iniciadas, ainda que com alguma esperança de que os tempos melhorem para que o Concelho possa beneficiar, ainda mais, com um outro orçamento.-

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Senhor Deputado Álvaro Pereira, que começou por cumprimentar os presentes. Depois, pediu um esclarecimento ao Senhor Presidente da Câmara sobre dois números que constam das receitas de capital, mais concretamente na venda de bens de investimento, e que não coincidem com a informação da actividade da Câmara prestada a esta Assembleia, perguntando se considera estar em condições de cumprir a rubrica agendada, tendo em conta a avultada verba nela inscrita. Questionou, também, o Senhor Presidente da Câmara sobre os motivos que o levaram a não utilizar o empréstimo que tinha disponível. Passando a questões de carácter mais genérico, o Senhor Deputado solicitou ao Senhor Presidente da Câmara informação sobre o ponto de situação da ligação à auto-estrada, através de um nó ou outros acessos, porque não detecta no documento qualquer verba para investimento nessa matéria, considerando que a existência de acessos mais rápidos à auto-estrada contribui para o desenvolvimento do Concelho, nomeadamente para as suas zonas industriais com a implantação de novas empresas. Por último, falou das verbas destinadas à educação, as quais considera preocupantes, questionando o Senhor Presidente da Câmara, também, sobre qual o ponto da situação do ensino superior porque constata neste orçamento que não lhe é dado grande relevo.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, então, a palavra ao Senhor Deputado António Ferreira, que cumprimentou os presentes e passou a falar do alarmismo que foi criado pelas notícias que foram veiculadas na comunicação social local sobre a elaboração de um orçamento



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

muito mau, com reduções consideráveis, nomeadamente ao nível da luta contra incêndios, saúde, acção social e transportes. Comparou, pormenorizadamente, a análise feita pelo Grupo Municipal do PS, com a análise do Grupo Municipal do PSD, concluindo que no entender do seu grupo o documento em apreciação prova que a Câmara tem uma estratégia bem definida, com prioridades também definidas, em que todas as percentagens adstritas às diferentes rubricas, como cultura, saneamento, desporto, recreação e lazer, rede viária, serviços da administração pública e a educação, perfazem um total de 76 por cento das grandes opções do plano. Pelo exposto, o Senhor Deputado refere que os documentos previsionais em apreciação merecem todo o apoio do Grupo Municipal do PSD, porquanto favorece, promove e contribui para o desenvolvimento do Concelho.-----

----- De seguida, foi dada a palavra ao Senhor Deputado João Morais, tendo referido que, relativamente às opções do plano, pensa que a Autarquia está a colocar em risco a sua credibilidade financeira, considerando as receitas correntes mais o empréstimo concedido e os juros, as despesas com pessoal e despesas correntes e as obras a realizar neste mandato. Pediu, também, ao Senhor Presidente da Câmara que o esclarecesse sobre qual a verba a conceder a cada uma das quinze Freguesias, uma vez que a mesma é apresentada de uma forma global, assim como sobre quais os fundos comunitários por obra. Concluiu, questionando, ainda, o Senhor Presidente da Câmara sobre a requalificação da Estrada 235, que diz ser a obra prioritária da Freguesia de Sangalhos, nomeadamente se, após a conclusão da Ponte de Canha, está incluída a construção do viaduto sobre a linha de caminho de ferro e variante no Paraimo.-----

----- No seguimento foi dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, para apresentar uma opinião resultante de uma apreciação global dos documentos em análise. O Senhor Deputado referiu que depois de uma leitura exhaustiva do documento, verifica não existirem concretizações em alguns dos capítulos mas, sobretudo, não encontra razões para as opções tomadas, para as prioridades e objectivos que se pretendem atingir. Continuou, dizendo que ainda que seja indicado que os números assentam num pensamento estruturado e numa estratégia de médio ou longo prazo, não consegue detectar onde está expressa essa estratégia, pelo que é como se a mesma não existisse. Também na opinião do Senhor Deputado, o documento demonstra que falta uma linha de rumo, a qual não pode estar apenas na cabeça da pessoa que comanda mas que deve ser dada a conhecer, para atribuir mais credibilidade ao orçamento e para se saber o que realmente é executado. O Senhor Deputado perguntou, então, ao Senhor Presidente da Câmara se não seria possível introduzir no documento um espaço com os dados do ano anterior, para facilitar a análise do mesmo, permitindo estabelecer termos de comparação e perceber quais as suas prioridades. Terminou, declarando que o Grupo Municipal do PS iria votar contra o documento em apreciação, por considerar que o mesmo, no seu conjunto não é satisfatório e que a maioria poderia e deveria fazer melhor.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu, entretanto, a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder a todas as questões que até então foram colocadas. Começou por



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

responder ao Senhor Deputado Álvaro Pereira, dizendo que tal como ele é objectivo, também o orçamento da Câmara é objectivo. Relativamente às vendas de bens de investimento, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a Câmara irá vender o edifício onde estavam instalados os Serviços Municipalizados, as lojas do mercado, vender e alugar lojas na Curia, tem também terrenos para vender junto ao mercado novo, pelo que, conjugados os seus valores, os mesmos perfazem os números que estão referenciados nos documentos. Quanto ao empréstimo, referiu que o mesmo será reservado para o Cine-Teatro e Piscina Municipal, uma vez que não conseguiu financiamento junto do Ministério da Cultura e da Secretaria de Estado do Desporto, respectivamente, porque já tinham sido distribuídas todas as verbas e porque também tinha beneficiado de apoio para o estádio municipal e para o pavilhão de desportos. Falando da questão do nó de ligação à auto-estrada, explicou que o Instituto de Estradas de Portugal se mostra um pouco reticente à sua criação, porque implicará um acréscimo nas despesas, quando a sua intenção é rentabilizar a auto-estrada. No entanto, informou que o Instituto de Estradas de Portugal está a trabalhar no projecto da criação do IC2 que poderá servir Anadia, fazendo o enquadramento do IC12 com o IP3. Passou à questão do ensino superior, disse que não é um contrato da Câmara com o eleitorado, mas sim, um contrato da Universidade Lusíada com o Governo, o qual disse claramente, que não seriam criadas mais universidades.-----

-----Respondendo ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, falou da acusação da falta de estratégia do executivo camarário, sublinhando que elaborou um orçamento para o próximo ano não vivendo de ilusões, porque o que pretende fazer é levar boa água às populações e responder aos seus anseios. Sublinhou, também, que existem projectos efectivos, porque a Câmara tem estratégia definida, ao contrário do que foi alegado, pretendendo, acima de tudo, o que é minimamente necessário para Anadia, como sendo o PDM que contribui para o desenvolvimento do Concelho. Para concluir a sua resposta ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, o Senhor Presidente referiu que programa e realiza as obras conscientemente e que governa a Câmara Municipal com transparência.-----

----- Passando a responder ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara começou por referir que o orçamento das Juntas de Freguesia é global, e cada uma receberá uma percentagem em função dos fundos de apoio do Governo, com conhecimento dos seus Presidentes. Relativamente à credibilidade financeira, explicou que a mesma se manterá enquanto for governante, a não ser que aconteça uma grande calamidade em termos de cortes de receitas. Quanto aos fundos comunitários por obras, o Senhor Presidente explicou que isso não pode acontecer porque tudo faz parte de um bolo e o que tem que ser feito é destinar os fundos às obras que pretendemos, até porque existem algumas obras que não podem ser candidatas. Admitiu, no entanto, que possa não estar tudo à vontade da oposição, pelo que aceita, com naturalidade, a sua votação contra, querendo acima de tudo que o orçamento seja aprovado para poder trabalhar. Falando da recuperação da Estrada Nacional 235, o Senhor Presidente da Câmara referiu que, como prometido, a mesma vai acontecer, estando na fase de elaboração do projecto. Concluindo, falou da questão do viaduto no Paraimo, para informar que



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a Câmara não executa obras da responsabilidade de outros, pelo que se alguém as prometeu, tem de ser responsabilizado por isso.-----

----- Foi dada a palavra ao Senhor Deputado Luís Santos, que começou por aludir algumas questões que, em sua opinião, foram levantadas apenas por razões políticas. Disse ter sido referido não existir um plano para a educação, quando na página quatro do orçamento é explícita a intenção do executivo camarário de proceder à manutenção, conservação, requalificação dos estabelecimentos e, principalmente, quando é do conhecimento do Grupo Municipal do PS que a competência das Câmaras Municipais se confina ao ensino pré-escolar e ao primeiro ciclo. Referiu, também, que estando em análise um orçamento que apresenta um conjunto de actividades e perspectivas para o próximo ano, bem como um conjunto de contas onde a Câmara Municipal não tem dívidas no fecho do mesmo e, considerando ser uma Câmara que paga a horas, que tem obras vistas e que não tem projectos que possam hipotecar os próximos vinte anos com empréstimos, o Grupo Municipal do PSD vota favoravelmente a proposta orçamental e das opções do plano da Câmara Municipal de Anadia para 2006.-----

----- Foi novamente dada a palavra ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, que esclareceu não ter afirmado que não existia estratégia, mas sim que ela não estava expressa, assim como também solicitou indicadores da actividade para os vários capítulos com o objectivo de ajudar a interpretar o documento apresentado, porque tem a certeza de que é possível elaborar um documento melhor.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia passou, então, a palavra ao Senhor Deputado João Morais, que, por sua vez, passou a interpelar o Senhor Presidente da Câmara. Começou por dizer que quando referiu que o futuro da Autarquia estaria em causa, tinha por base o facto das receitas correntes com fundos provenientes do Governo terem uma verba de €7.293.000 (sete milhões duzentos e noventa e três mil euros) e das receitas correntes com despesas de pessoal uma verba de €8.210.000 (oito milhões duzentos e dez mil euros), pelo que questiona o Senhor Presidente da Câmara se essa diferença não quererá dizer que irá existir um défice, passando, de futuro, a haver mais despesas do que receitas. Relativamente ao viaduto, referiu que, em sua opinião o Senhor Presidente da Câmara deveria ter exigido ao Instituto de Estradas de Portugal a criação de uma passagem superior ou inferior para o Paraimo, uma vez que a população iria ser dividida por uma outra via além do caminho de ferro, a variante à Estrada Nacional 235. Isto porque a população será confrontada com uma nova e grande obra, que terá implicações na sua qualidade de vida, que é a sub-estação do Paraimo, pelo que, para concluir, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara quais as contrapartidas que exigiu da Rede Eléctrica Nacional.-----

----- Para encerrar este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia, passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para responder às intervenções dos Senhores Deputados. Respondeu primeiro ao Senhor Deputado João Morais, para esclarecer que o Presidente da Câmara não pode exigir o que quer que seja ao Instituto de Estradas de Portugal até porque se trata de uma obra que levou muitos anos a ser projectada e que foi elaborada para responder aos serviços e



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

à mobilidade necessária da população do Paraimo. Quanto à questão da sub-estação do Paraimo, informou o Senhor Deputado de que o que poderá fazer, em conjunto com a Junta de Freguesia de Sangalhos e a própria população, é tentar conversar com a respectiva entidade, no sentido de fazer ver que a qualidade de vida da população poderá, eventualmente, ser prejudicada. Para terminar, e em resposta ao Senhor Deputado Manuel Cardoso Leal, esclareceu que o orçamento é uma previsão e, como tal, não poderá ser comparada com a execução do anterior.-----

----- Concluída a discussão do orçamento e opções do plano da Câmara Municipal para 2006, o mesmo foi votado, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e três votos a favor, três abstenções e seis votos contra.-----

----- Seguidamente o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o terceiro ponto da ordem de trabalhos "Apresentação, discussão e votação da proposta do orçamento e das opções do plano dos Serviços Municipalizados de Anadia para o ano de 2006", passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para fazer uma introdução do mesmo. Numa breve abordagem ao assunto, o Senhor Presidente da Câmara referiu tratar-se de um documento mais fácil de interpretar uma vez que é menor que o do Município. Disse, também, que representa, basicamente, a manutenção de um estado de coisas do anterior, porque os SMAS são, essencialmente, uma entidade prestadora de serviços, nomeadamente ligações de ramais, avarias, que complementa a actividade da Câmara, sendo esta que elabora os projectos das próprias redes e executa as grandes obras.-----

----- Concluída a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado José Carlos Coelho, que colocou três questões, duas relacionadas com a despesa e uma com a receita. Relativamente à receita, perguntou de que resultam os dois mil e quinhentos euros (€2.500,00) de receita com contentores e os dezasseis mil euros (€16.000,00) de receita de saneamento, porque, neste segundo caso, não sabe se é muito ou pouco, uma vez que a sua avaliação deve ser comparada à taxa de ligação. Perguntou, também, se essa taxa é obrigatória e se todos os munícipes que têm o saneamento ligado à rede efectuaram o seu pagamento e se há fiscalização por parte da Autarquia. Falando da despesa, o Senhor Deputado pediu esclarecimentos relativamente à verba de quatrocentos euros (€400,00) atribuída a contentores, questionando se essa verba se destina à compra, reparação ou limpeza de contentores porque, atendendo à falta deles nas Freguesias, pensa ser uma verba insuficiente para a sua compra.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Orlando Silveira, que questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o empenhamento da Câmara em tentar sensibilizar os munícipes a requererem as ligações do saneamento à rede pública, porque constatou, pelo aumento de apenas dez mil euros (€10.000,00) na receita proveniente dessas ligações, que a adesão não deve ter tido um índice muito elevado. Para terminar, falou da existência de algumas escolas que também não têm ligação do saneamento à rede pública, considerando que a Câmara deveria dar o exemplo nestas situações.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados. Falando da questão da receita relativa a contentores, apresentada pelo Senhor Deputado José Carlos Coelho, explicou que a mesma tem de ser orçamentada para que os SMAS possam vender aos restaurantes, porque de acordo com o regulamento do lixo, os restaurantes são obrigados a tê-los para determinadas recolhas de resíduos. Quanto às taxas de saneamento, esclareceu que têm sido promocionais em redes novas e que algumas ainda não têm um destino final definido, mas que também ainda não tem resposta para dar a todos os munícipes. Informou que essa resposta está a tentar ser dada a médio e curto prazo. Respondendo ao Senhor Deputado Orlando Silveira, falou que efectivamente é necessário haver uma sensibilização junto das populações para procederem à ligação à rede e que relativamente às escolas a questão prende-se, por vezes, com a falta de alerta por parte dos agrupamentos. Por último falou que a receita de cento e sessenta mil euros (€160.000,00) é proveniente da tarifa do saneamento, da ligação à rede.-----

----- O Senhor Deputado João Morais, pediu a palavra para perguntar ao Senhor Presidente da Câmara onde são aplicados os quarenta e sete mil euros (€47.000,00) com horas extraordinárias, valor algo exagerado, principalmente quando se exige contenção.-----

----- Em resposta ao Senhor Deputado João Morais, o Senhor Presidente da Câmara esclareceu que essa verba se destina, na sua grande maioria, ao trabalhos realizados pelos piquetes, porque, como se sabe, temos piquetes vinte e quatro horas por dia.-----

----- Concluída a discussão do orçamento e opções do plano das SMAS para o ano de 2006, o mesmo foi aprovado, por maioria, com 22 votos a favor, zero votos contra e 9 abstenções, tendo o Senhor Presidente da Assembleia passado a apresentar o quarto ponto da ordem de trabalhos "Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração por aditamento à tabela de taxas e licenças do Município de Anadia, taxa pelo licenciamento e fiscalização de instalações de armazenamento de produtos de petróleo em instalações de abastecimento de produtos líquidos e gasosos". Para fazer uma introdução sintética deste ponto, foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que fez uma justificação sumária da matéria, explicando que devido à assunção por parte de executivo de novas competências e depois de consultados os Executivos das Câmaras vizinhas, foram atingidos os valores apresentados.-----

----- Interveio, neste ponto, o Senhor Deputado Daniel Meira, para questionar o Senhor Presidente da Câmara se os particulares que têm reservatório de caldeiras também estarão sujeitos a esta legislação, ao que o Senhor Presidente respondeu que não, uma vez que não se consideram de armazém, como consta da legislação.-----

----- Terminada a discussão do quarto ponto da ordem de trabalhos, o mesmo foi aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, tendo o Senhor Presidente da Assembleia passado a apresentar o quinto ponto da referida ordem de trabalhos "Apresentação, discussão e votação da proposta de alteração ao regulamento de venda ambulante no Concelho de Anadia".-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Foi dada a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para apresentar o quinto ponto, tendo explicado que a Câmara Municipal, para minimizar o problema dos arrendatários das lojas de comércio tradicional, sentiu a necessidade de criar "zonas proibidas", exclusivamente na Freguesia de Tamengos, com o intuito de proibir a venda ambulante e pela necessidade de disciplinar o comércio naquela zona sob pena de, ao fim de algum tempo, passar a existir um novo mercado que nada diz à terra de Anadia.-----

----- Não havendo lugar a intervenções neste ponto, o mesmo foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor. Continuando no período da ordem do dia o Senhor Presidente da Assembleia apresentou o sexto ponto da ordem de trabalhos "Apresentação, discussão e votação da proposta de reconhecimento do interesse para colmatar correctamente o tecido do aglomerado urbano existente, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento do PDM de Anadia", em nome de Manuel Francisco dos Santos, passando a palavra ao Senhor Presidente da Câmara para introduzir o ponto. Relativamente a este ponto, o Senhor Presidente da Câmara explicou que a zona de equipamentos prevista no PDM condiciona o terreno para equipamento, sem que esteja previsto qualquer projecto durante anos e anos para esse terreno, pelo que, à semelhança do que já tem acontecido, a sua autorização para que seja utilizado como zona de construção, nos termos do n.º 3 do artigo 6.º do Regulamento do PDM de Anadia, carece de parecer da Câmara Municipal e consequente aprovação da Assembleia Municipal, a pedido da Autarquia e, naturalmente, do interessado.-----

----- Interveio na discussão deste ponto, o Senhor Deputado Daniel Meira, para referir que o Grupo Municipal do PS tinha decidido um sentido de voto mas, como não concorda com a existência dessas zonas no PDM e perante as explicações do Senhor Presidente da Câmara, o mesmo foi alterado pelo que o voto do seu grupo é favorável à pretensão.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, antes de passar à votação do ponto, esclareceu o Senhor Deputado Daniel Meira, que, de futuro, qualquer dúvida que possa surgir na análise da informação que é enviada aos Senhores Deputados Municipais, a mesma pode ser esclarecida através da consulta do respectivo processo na Câmara Municipal. Prestado o esclarecimento, o sexto ponto da ordem de trabalhos foi votado, tendo sido aprovado por unanimidade, com vinte e nove votos a favor, após o que o Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o sétimo ponto, dando conta que foram presentes à Mesa da Assembleia duas propostas para "eleição de quatro pessoas para integrarem a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Anadia". A primeira proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do PSD, que passou a ser denominada de proposta A, é composta pelos seguintes cidadãos: Senhora Lídia Maria Ferreira Oliveira, Senhor Fernando Morais da Silva, Senhora Isabel Maria Macedo Ferreira Duarte e o Senhor Nelson Seabra de Oliveira. A segunda proposta, apresentada pelo Grupo Municipal do PS, que passou a ser denominada de proposta B, integra os seguintes cidadãos: Senhora Alexandra Silveira, Senhor Vitorino Duarte Ramos, Senhora Áurea Oliveira Mendes e Senhora Lúcia Cristina Azevedo Rolo. Passando à votação, o Senhor Presidente da Assembleia esclareceu que a mesma é secreta e uninominal, pelo que serão chamados um a um todos os



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Senhores Deputados, sendo que a votação será feita "em bloco", ou seja, lista completa e não nome a nome. Concluída a votação e a respectiva contagem dos votos, o Senhor Presidente da Assembleia anunciou que a proposta A recolheu vinte e um votos e a B nove votos, pelo que ficam eleitos, para integrar a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Anadia, os cidadãos: Senhora Lídia Maria Ferreira Oliveira, Senhor Fernando Morais da Silva, Senhora Isabel Maria Macedo Ferreira Duarte e Senhor Nelson Seabra de Oliveira.-----

----- Findo este ponto, o Senhor Presidente da Assembleia passou a apresentar o oitavo ponto da ordem de trabalhos, a "Eleição de cinco cidadãos de reconhecida idoneidade, devendo dois deles representar os estabelecimentos de ensino sedeados no Município, para integrarem o Conselho Municipal de Segurança, nos termos da alínea l), do n.º 1 do artigo 4.º do Regulamento definitivo do referido Conselho Municipal". A Assembleia foi, então, informada de que foram presentes à Mesa duas propostas. Uma do Grupo Municipal do PSD, designada de proposta A, que indica para o Conselho Municipal de Segurança os seguintes cidadãos: Senhor José Abrantes Afonso, Senhor Mário Augusto Ferreira Teixeira, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, Senhora Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro e Senhor Rui Manuel Godinho Santos. A proposta B, do Grupo Municipal do PS, indica os seguintes cidadãos: Senhora Lúcia Maria das Neves Cerca, Senhora Natália da Conceição Loureiro, Senhora Ana Paula dos Santos Alves Allen, Senhora Maria de Lurdes Ramalheira Portovedo Costa e Senhor Acácio da Conceição Maçãs. Apresentadas e votadas as propostas, o Senhor Presidente da Assembleia informou que a proposta A recolheu vinte e um votos e a proposta B sete votos, tendo havido dois votos em branco. Aprovada a proposta A, o Senhor Presidente da Assembleia informou, também, que foram eleitos, para o Conselho Municipal de Segurança, os cidadãos Senhor José Abrantes Afonso, Senhor Mário Augusto Ferreira Teixeira, Senhor Luís António Sousa Pinto dos Santos, Senhora Maria Isabel Gomes Vieira Malheiro e Senhor Rui Manuel Godinho Santos.-----

----- Seguidamente, referiu que foi apresentada na Mesa uma proposta do Grupo Municipal do PSD para aprovação em minuta dos pontos dois, três, quatro, cinco e seis, a qual foi votada e aprovada por maioria com vinte e nove votos a favor e uma abstenção. Finda a última votação, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por terminado o período da ordem do dia, abrindo, assim, o período depois da ordem do dia, tendo havido um munícipe que pediu para intervir.-----

----- Tomou, então, a palavra o Senhor Armando Jorge Soares, feirante no mercado em Vilarinho do Bairro, para solicitar a atenção da Câmara Municipal para as situações de vandalismo que têm acontecido no referido mercado. Referiu, também, que a Câmara e a Junta de Freguesia deveriam acautelar a questão dos cartões, porque existem pessoas no mercado que não os têm e que, ainda por cima, ocupam o lugar de outras, tendo mesmo chegado a haver problemas que envolveram pessoas de etnia cigana e a polícia.-----

----- Seguidamente, prestaram alguns esclarecimentos à Assembleia o Senhor Presidente da Câmara Municipal e o Senhor Deputado Mário Carreira Heleno, Presidente da Junta de Freguesia de Vilarinho do Bairro.-----



MUNICÍPIO DE ANADIA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

----- Concluído o período de intervenções depois da ordem do dia, tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para desejar a todos boas festas e um bom ano.-----

----- Para terminar a sessão, o Senhor Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, numa sessão que proporcionou mais de seis horas de discussão, desejando um Bom Natal e votos de que o ano de 2006 seja para todos um ano de realizações pessoais e outras, e declarou encerrada a sessão, quando eram cerca de vinte e duas horas e quinze minutos, da qual, para contar, se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

O Presidente -

A Primeira Secretária -

O Segundo Secretário -

